

# Contribuintes e Beneficiários da Previdência Social

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI (\*)  
CAROLINA FERNANDES DOS SANTOS (\*\*)

## 1 Introdução

A Previdência Social é pilar fundamental do sistema de Seguridade e da Proteção Social da população brasileira. Envolve uma parcela elevada da população, seja na figura de segurados contribuintes, seja como beneficiários diretos de aposentadoria e/ou pensão. A Assistência Social, por outro lado, não pressupõe contribuições, mas garante benefício, como o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social, o BPC/LOAS, aos indivíduos deficientes de quaisquer idades e idosos com 65 anos ou mais com renda familiar *per capita* inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo vigente e com inscrição no Cadastro Único (CadÚnico).<sup>1</sup>

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é um regime de repartição e caracteriza-se essencialmente por uma relação intergeracional no qual a contribuição previdenciária de determinada geração paga os benefícios de outra geração que já trabalhou, contribuiu e está aposentada. A garantia de fonte de renda aos trabalhadores que contribuíram ao longo da vida laboral em casos de afastamento per-

manente do mercado de trabalho torna necessário que a política de previdência social seja planejada no longo prazo. Para tornarem-se beneficiários de aposentadoria de quaisquer regimes ou de benefício assistencial, como o BPC, uma série de fatores preponderantes deve caracterizar o período em idade de trabalhar.<sup>2</sup> Os beneficiários de aposentadoria mantiveram filiação a regime previdenciário por intermédio de contribuições suficientes para concessão do benefício. Por outro lado, beneficiários do BPC devem ter passado a maior parte da vida adulta na inatividade, informalidade ou ainda com elevada escassez contributiva.

Fatores como o grau de formalização no mercado de trabalho e envelhecimento populacional são determinantes na sustentabilidade financeira de longo prazo. Neste contexto, qualquer alteração do sistema gera importantes impactos econômicos e sociais. Tendo em vista a importância deste sistema, o objetivo deste estudo é compreender a atual composição de contribuintes e beneficiários do sistema previdenciário e beneficiários do BPC. Este artigo discutirá o tema proposto a partir de micro-

dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNADC/IBGE) e está dividido nos seguintes pontos:

- 1) Na seção 2, será feita uma análise da importância do sistema de previdência social e do BPC/LOAS em termos de parcela da população envolvida, seja como beneficiários ou como contribuintes; na sequência, será apresentado o perfil de escolaridade de contribuintes e não contribuintes da previdência;
- 2) Na seção 3, serão feitas as considerações finais.

## 2 Participação dos Contribuintes e Beneficiários da Previdência na População Total

Pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua Anual) de 2019 havia, no Brasil, 30,7 milhões de beneficiários de aposentadoria e/ou pensão por morte, o que correspondeu a 14,7% da população total do Brasil (Tabela 1). Dos 30,7 milhões de beneficiários de aposentadoria e/ou pensão, 6,6 milhões não eram

idosos (menores de 60 anos), ou seja, 21,4% dos beneficiários (Tabela 1).

Se também forem considerados os Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS), que corresponde a um benefício

de caráter não contributivo, o número total de beneficiários chega a 33,5 milhões (16% da população total – Tabela 1). Desse total, 19,1 milhões eram de mulheres (56,8% do total) e 14,5 milhões eram homens (43,2% do total).

*Tabela 1 - Beneficiários de Aposentadoria, Pensão por Morte e/ou BPC/LOAS Brasil – 2019*

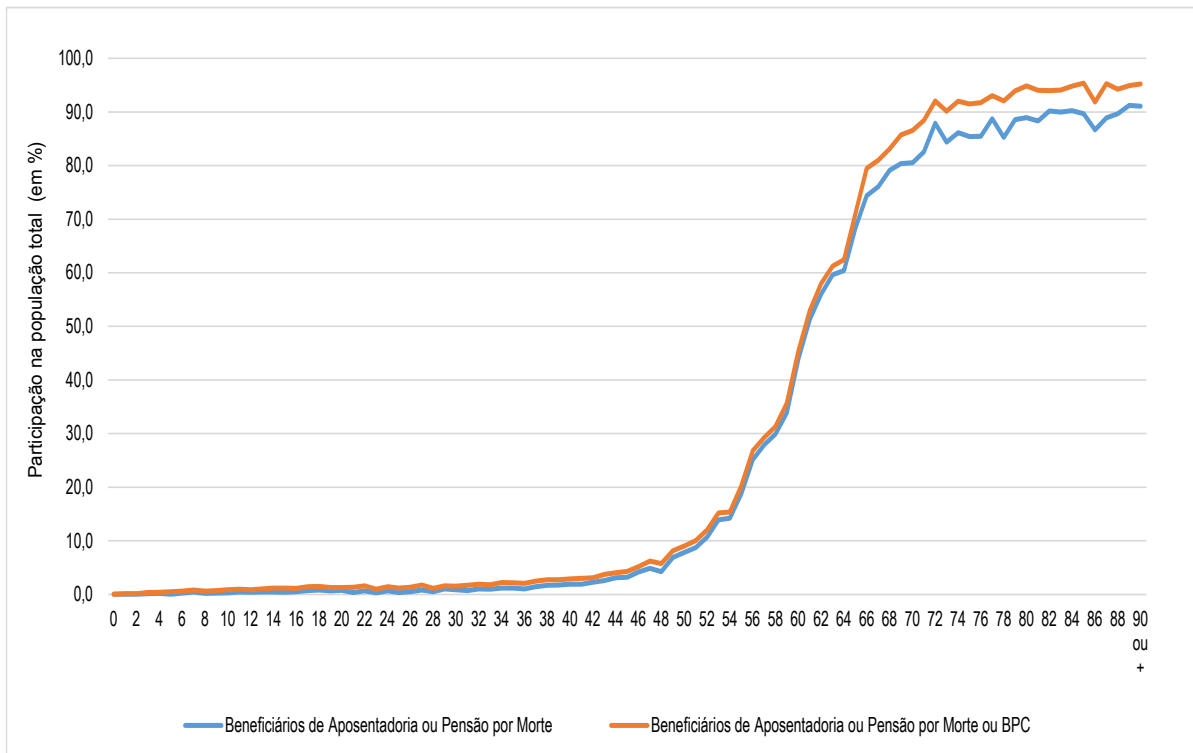
Beneficiários de Aposentadoria e/ou Pensão por Morte			
Grupo Etário	Número de beneficiários (1)	População Total (2)	% da população (1) / (2)
Menos de 60 anos	6.565.343	176.636.175	3,7 %
60 anos ou mais	24.168.365	32.860.288	73,5 %
80 anos ou mais	4.316.932	4.818.724	89,6 %
Total	30.733.708	209.496.463	14,7 %
Beneficiários de Aposentadoria, Pensão por Morte ou BPC/LOAS			
Grupo Etário	Número de beneficiários (1)	População Total (2)	% da população (1) / (2)
Total	33.547.569	209.496.463	16,0 %

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD Contínua Anual 2019 - IBGE.

Evidentemente, esta participação no total da população tende a variar significativamente, sendo menor nos grupos etários mais jovens e maior nas idades mais avançadas, como seria esperado. Dito de outra forma, a participação dos beneficiários do sistema de previdência social tende a aumentar com a idade (Gráfico 1). A participação dos beneficiários na população começa a crescer significativamente a partir dos 50 anos de idade, que demonstra a precocidade das aposentadorias no Brasil. Isso se deve tanto a existência da aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que será eliminada de forma gradual pela reforma de 2019, como a existência de aposentadorias especiais tanto no RGPS como nos regimes de previ-

dência dos servidores públicos. Na idade de 52 anos, o percentual de pessoas que recebia aposentadoria e/ou pensão por morte chegava a 10,7%, e quando também se considera BPC/LOAS esse percentual subia para 12%. Na idade de 59 anos, o percentual de pessoas que recebia aposentadoria e/ou pensão por morte alcançava 1/3 (33,9%), e ao considerar BPC/LOAS esse percentual subia para 35,7%. Na faixa etária de 61 a 69 anos, o percentual alcançava 69% (aposentadoria e/ou pensão e/ou BPC/LOAS). Para a população de 90 anos ou mais, 91,1% das pessoas no Brasil estavam recebendo aposentadoria e/ou pensão por morte. Caso também seja considerado BPC/LOAS, este percentual alcançou 95,2% no ano de 2019.

Gráfico 1 – Participação dos Beneficiários de Aposentadoria e/ou Pensão e/ou BPC/LOAS na População Total por Idade Individual – Brasil – 2019 (em %)



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD Contínua Anual 2019 - IBGE.

Quando se consideram os trabalhadores ocupados que declararam contribuição para previdência, nota-se que de um total de 94,6 milhões de trabalhadores ocupados no ano de 2019, a estimativa era que cerca de 59,6 milhões se declararam como contribuintes (62,9%) e 35,1 milhões tiveram declaração de não contribuintes (37,1%) (Tabela 2). Em termos de participação na população total, os contribuintes para a previ-

dência correspondiam a 28,4% da população total. No caso brasileiro, a declaração de não contribuição não necessariamente significa desproteção social tanto pela existência do BPC/LOAS como também pelas regras especiais existentes para os trabalhadores rurais, mais especificamente os chamados segurados especiais.<sup>3</sup>

Tabela 2 - Trabalhadores Ocupados Contribuintes e Não Contribuintes para a Previdência Social - Brasil – 2019

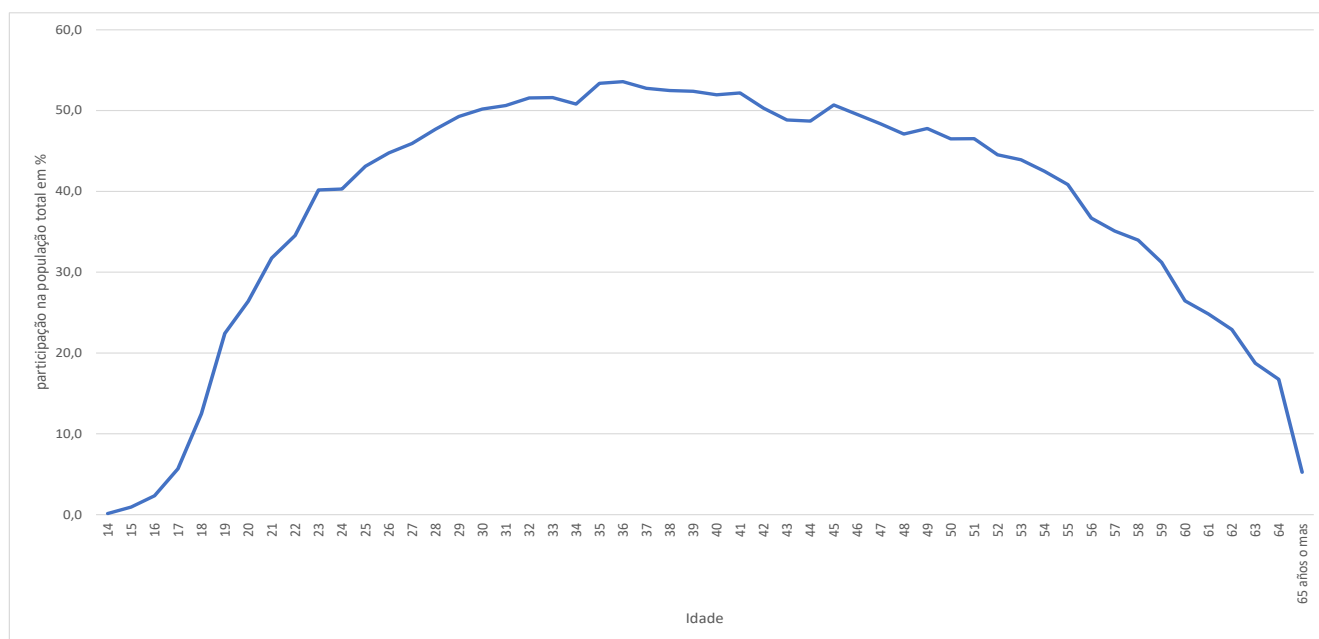
Contribuição para a Previdência	Quantidade de trabalhadores	% do total de trabalhadores ocupados
Ocupados com contribuição para a previdência	59.547.591	62,9
Ocupados sem contribuição para a previdência	35.094.736	37,1
Total de Ocupados	94.642.327	100,0

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD Contínua Anual 2019 – IBGE.

Seja pela não participação no mercado laboral (pessoa não economicamente ativa ou fora da força de trabalho), pela desocupação ou pela informalidade, parece natural que a participação dos contribuintes na população total, por idades individuais, sempre será bem abaixo de 100%, mesmo para aquelas idades de maior participação. Do ponto de vista de financiamento da previdência, contudo, o ideal é que esse percentual seja o mais alto possível nas idades típicas de trabalho, em especial na faixa acima de 20 anos e abaixo dos 60 anos. A análise mostra, contudo, que a participação

dos contribuintes na população total ficou em patamar acima de 45% apenas na faixa de 27 a 51 anos (Gráfico 2). O percentual máximo foi atingido na idade de 36 anos (53,6%). Há tendência de queda muito acentuada na faixa de 50 anos, recuando de um patamar de 46,5%, aos 50 anos de idade, para apenas 26,4% aos 60 anos. Um fator fundamental para explicar tal tendência é a concessão em grande escala de aposentadorias na faixa dos 50 anos. No grupo etário de 65 anos ou mais a participação ficou em 5,2%. No agregado, os contribuintes responderam por 28,4% da população.

Gráfico 2 – Participação dos Contribuintes na População Total por Idade Individual - Brasil – 2019 (Em %)



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD Contínua Anual 2019 – IBGE.

A não contribuição de pessoas em idade de trabalhar pode ser desagregada em três possibilidades: pessoas fora da força de trabalho, pessoas desocupadas e trabalhadores informais ou não contribuintes para a previdência. De modo geral, em 2019 existia na faixa de 20 a 59 anos uma população de 119,2 milhões de pessoas, e, desse total, 54,6 milhões eram trabalhadores ocupados contribuintes para a previdência social

(45,8% do total), 26,3 milhões de pessoas estavam fora da força de trabalho (22,1% do total), 9,8 milhões estavam desocupadas (8,2% do total) e 28,4 milhões eram trabalhadores ocupados sem contribuição para a previdência (23,8% do total). De forma muito simplificada metodologicamente, pode-se decompor a não contribuição em:

$$\text{Comp } NC_{i=20}^{59} = (\sum_{i=20}^{59} \text{Popul} - \sum_{i=20}^{59} \text{TocupCont}) / \sum_{i=20}^{59} \text{PessoasNC}$$

$$\text{Comp } NC_{i=20}^{59} = \left[ \frac{\sum_{i=20}^{59} \text{PopulFFT} + \sum_{i=20}^{59} \text{Desocup} + \sum_{i=20}^{59} \text{TOsemcontrp}}{\sum_{i=20}^{59} \text{Pessoas NC}} \right]$$

Onde:

*Comp NC: composição de não contribuintes*

*Popul: população total*

*TocupCont: trabalhadores ocupados com contribuição para a previdência*

*PopulFFT: população fora da força de trabalho*

*Desocup: população desocupada*

*TOsemcontrp: trabalhadores ocupados sem contribuição para a previdência*

*Pessoas NC: pessoas sem contribuição ou não contribuintes*

*i: idade das pessoas de 20 a 59 anos*

Portanto, desagregando a não contribuição, pode-se dizer que do total de 64,6 milhões de não contribuintes na faixa etária de 20 a 59 anos, 44% do total era decorrente da informalidade de trabalhadores ocupados, 40,8% de pessoas fora da força de trabalho e 15,2% de desocupados. Portanto, a informalidade era responsável por quase metade da não contribuição para a previdência entre as pessoas de 20 a 59 anos (Tabela

3). A análise da decomposição da não contribuição por faixa etária mostra que a inatividade tem o seu maior peso (55,9%) na faixa de 50 a 59 anos, entre outros fatores, pela queda na taxa de participação decorrente do volume considerável de aposentadorias que são pagas nessa faixa etária. A reforma deve reduzir esse impacto, que leva a importância desse fator a mais da metade da não contribuição e muito acima da média

geral na faixa de 20 a 59 anos (40,8%). O menor peso desse fator na não contribuição se dá na faixa de 30 a 39 anos (34%). Já a desocupação tem o seu maior peso na faixa etária de 20 a 29 anos (23,5%) para explicar a não contribuição e reflete a maior taxa de desocupação entre os jovens. O menor peso da desocupação

na não contribuição é justamente na faixa de 50 a 59 anos. Por fim, a informalidade, que representa quase metade (44%) da não contribuição na faixa de 20 a 59 anos tem o seu maior peso nas faixas de 40 a 49 anos (49,6%) e o menor peso na faixa de 50 a 59 anos.

*Tabela 3 – Desagregação da Não Contribuição para a Previdência  
Brasil – Faixa Etária de 20 a 59 anos – Brasil - 2019*

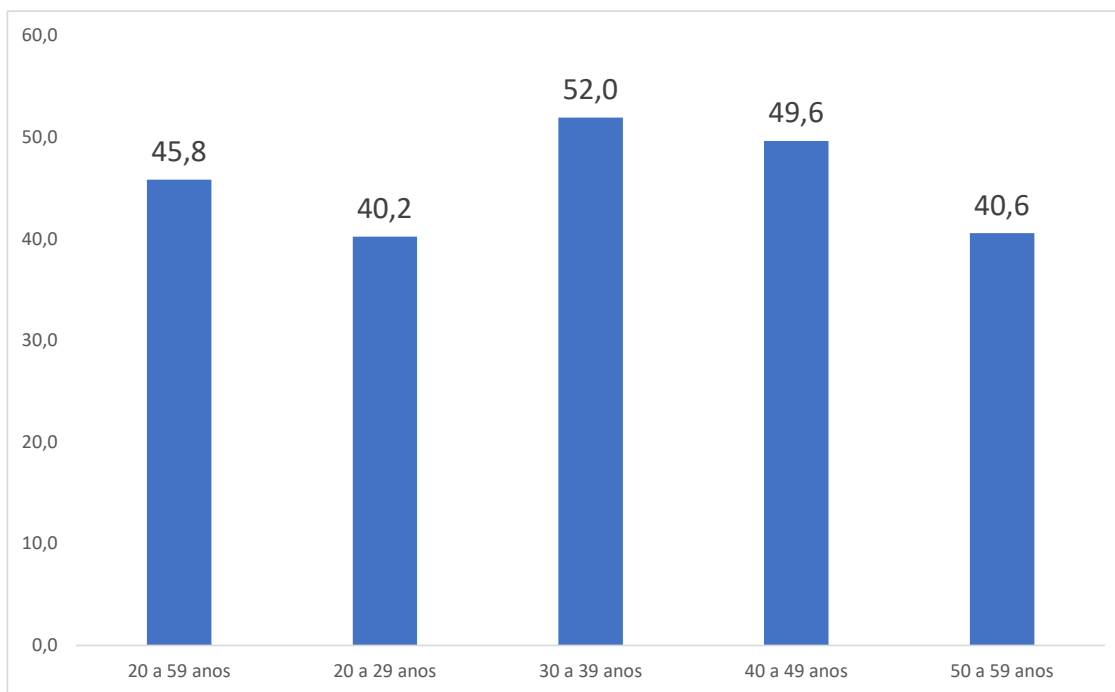
População total de 20 a 59 anos em milhões	Pessoas Fora da Força de Trabalho de 20 a 59 anos em milhões e em % do total	Desocupados de 20 a 59 anos em milhões e em % do total	Trabalhadores Ocupados Informais ou Sem Contribuição para a Previdência em milhões e em % do total	Trabalhadores Ocupados Formais ou Com Contribuição para a Previdência em milhões e em % do total
119,2 (100,0%)	26,3 (22,1%)	9,8 (8,2%)	28,4 (23,8%)	54,6 (45,8%)
Faixa etária	Pessoas Fora da Força de Trabalho em milhões e em % do total de não contribuintes	Desocupados em milhões e em % do total de não contribuintes	Trabalhadores Ocupados Informais ou Sem Contribuição para a Previdência em milhões e em % do total de não contribuintes	Total de Não Contribuintes em milhões e em % do total de não contribuintes
20 a 59 anos	26,3 (40,8%)	9,8 (15,2%)	28,4 (44,0%)	64,6 (100,0%)
20 a 29 anos	6,7 (35,6%)	4,4 (23,5%)	7,6 (40,9%)	18,7 (100,0%)
30 a 39 anos	5,4 (34,0%)	2,6 (16,4%)	7,9 (49,6%)	15,9 (100,0%)
40 a 49 anos	5,6 (38,8%)	1,7 (11,7%)	7,2 (49,6%)	14,6 (100,0%)
50 a 59 anos	8,6 (55,9%)	1,1 (7,2%)	5,7 (36,9%)	15,5 (100,0%)

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD Contínua Anual 2019 - IBGE.

Quanto ao percentual da população com contribuição para a previdência, nota-se que na faixa de 20 a 59 anos, cerca de 45,8% da população estava ocupada e com contribuição para a previdência. Entretanto, esta taxa variava de acordo com a faixa etária, atingindo seu patamar máximo na faixa de 30 a 39 anos, grupo

onde mais da metade da população estava contribuindo para a previdência (52%), como pode ser visto no Gráfico 3. Os grupos com menor percentual da população contribuindo eram os de 20 a 29 anos (40,2%) e de 50 a 59 anos (40,6%).

Gráfico 3 – Percentual da População com Contribuição para a Previdência por Faixa de Idade (em % da população) – Brasil - 2019



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD Contínua Anual 2019 - IBGE.

Variável relevante no estudo sobre contribuintes e não contribuintes é a escolaridade. É esperado que pessoas com escolaridade elevada (ensino superior completo ou incompleto) consigam melhor colocação no mercado do trabalho (maior renda do trabalho, maior proporção de contribuintes). Da mesma maneira, espera-se menor proporção de indivíduos com escolaridade elevada entre as pessoas fora da força de trabalho e informais.

A maior proporção dos contribuintes na faixa de 20 a 59 anos, 42,1% do total, tem escolaridade intermediária (ensino médio completo ou incompleto). No entanto, a proporção dos contribuintes com escola-

ridade elevada, 35,7%, é bem maior que os 22,2% de contribuintes com escolaridade baixa (até ensino fundamental completo). A relação entre escolaridade e contribuição para a previdência fica mais evidente quando se observa a proporção dos ocupados formais (contribuintes), 77,8%, com ao menos escolaridade intermediária frente aos 53% do total não contribuintes com escolaridade análoga (Tabela 4). A desagregação da totalidade dos não contribuintes em níveis de escolaridade mostra que a não contribuição é maior entre os que apresentam menor nível de escolaridade. Entre os não contribuintes, 47% têm escolaridade baixa,

37,9% intermediária e apenas 15% elevada.

Já no grupo dos desocupados, o nível de escolaridade com maior peso é de pessoas com ensino médio completo ou incompleto (49,1%). A proporção de desocupados com ensino superior completo ou incompleto é 19,8% e com escolaridade até o ensino fundamental completo é 31,1%. Comparando trabalhadores ocupados contribuintes e desocupados percebe-se certo grau de semelhança: pessoas com escolaridade intermediária ou elevada representam 77,8% dos trabalhadores ocupados contribuintes e 68,9% dos desocupados.

Tabela 4 – Desagregação da Não Contribuição e Contribuição para a Previdência Segundo o Nível de Escolaridade para a População de 20 a 59 anos – Brasil - 2019

População total de 20 a 59 anos em milhões	Pessoas Fora da Força de Trabalho em milhões e <i>em % do total de não contribuintes</i>	Desocupados em milhões e <i>em % do total de não contribuintes</i>	Trabalhadores Ocupados Informais ou Sem Contribuição para a Previdência em milhões e <i>em % do total de não contribuintes</i>	Total de Não Contribuintes para a Previdência em milhões e <i>em % da população de 20 a 59 anos</i>	Trabalhadores Ocupados Formais ou Com Contribuição para a Previdência em milhões e <i>em % da população de 20 a 59 anos</i>
119,2	26,3 (40,8%)	9,8 (15,2%)	28,4 (44,0%)	64,6 (54,2%)	54,6 (45,8%)
Nível de Escolaridade da população de 20 a 59 anos	Pessoas Fora da Força de Trabalho em milhões e <i>em % do total de pessoas fora da força de trabalho de 20 a 59 anos</i>	Desocupados em milhões e <i>em % do total de desocupados de 20 a 59 anos</i>	Trabalhadores Ocupados Informais ou Sem Contribuição para a Previdência em milhões e <i>em % do total de ocupados informais de 20 a 59 anos</i>	Total de Não Contribuintes em milhões e <i>em % do total de não contribuintes de 20 a 59 anos</i>	Trabalhadores Ocupados Formais ou Com Contribuição para a Previdência em milhões e <i>em % do total de contribuintes de 20 a 59 anos</i>
Até Ensino Fundamental Completo <sup>1</sup>	13,7 (52,0%)	3,1 (31,1%)	13,6 (47,9%)	30,4 (47,0%)	12,1 (22,2%)
Ensino Médio <sup>2</sup>	8,9 (33,9%)	4,8 (49,1%)	10,8 (37,9%)	24,5 (37,9%)	23,0 (42,1%)
Ensino Superior <sup>3</sup>	3,7 (14,1%)	1,9 (19,8%)	4,0 (14,2%)	9,7 (15,0%)	19,5 (35,7%)

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD Contínua Anual 2019 - IBGE.

Notas: (1) Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, ensino fundamental incompleto ou equivalente e ensino fundamental completo equivalente. (2) Ensino médio incompleto ou equivalente e ensino médio completo ou equivalente. (3) Ensino superior incompleto ou equivalente e ensino superior completo.

A análise anterior buscou decompor os grupos de 20 a 59 anos pelos diferentes níveis de escolaridade. Também é importante a análise dentro de cada nível de escolaridade. Enquanto a relação de contribuintes para a previdência com a população (faixa de 20 a 59 anos) é de 28,5% para aqueles com até ensino fundamental completo, este percentual se eleva para quase metade (48,4%) entre aqueles com ensino médio incompleto ou completo e para cerca de 2/3 (66,8%) para o grupo

com pelo menos ensino superior incompleto. De forma muito resumida, enquanto apenas 1 em cada 4 pessoas contribui para a previdência social na escolaridade mais baixa, no nível de escolaridade mais alta, dois em cada três pessoas contribuem para previdência social. Esses dados reforçam o papel estrutural da escolaridade na formalidade e na contribuição para a previdência social.



Tabela 5 – Análise de Participação, Desocupação, Informalidade e Contribuição para a Previdência na Faixa de 20 a 59 anos por Escolaridade - Brasil - 2019 (em Milhões ou em %)

ITEM	Até Ensino Fundamental Completo <sup>1</sup> (Em milhões)	Ensino Médio <sup>2</sup> (Em milhões)	Curso Superior <sup>3</sup> (Em milhões)
População	42,5	47,5	29,2
Fora da Força de Trabalho	13,7	8,9	3,7
Desocupados	3,1	4,8	1,9
Ocupados Não Contribuintes - Informais	13,6	10,8	4,0
Total de Não Contribuintes	30,4	24,5	9,7
Ocupados com contribuição para a previdência	12,1	23,0	19,5
Desagregação da População entre contribuintes e não contribuintes em % do total			
ITEM	Até Ensino Fundamental Completo <sup>1</sup>	Ensino Médio <sup>2</sup>	Curso Superior <sup>3</sup>
% da população não contribuintes	71,5	51,6	33,2
% da população contribuinte	28,5	48,4	66,8
Decomposição da não contribuição para a previdência por situação em % do total			
ITEM	Até Ensino Fundamental Completo <sup>1</sup>	Ensino Médio <sup>2</sup>	Curso Superior <sup>3</sup>
Fora da Força de Trabalho	45,1	36,4	38,4
Desocupados	10,1	19,7	20,0
Informais (ocupados sem contribuição)	44,8	44,0	41,6

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD Contínua Anual 2019 - IBGE. Notas: (1) Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, ensino fundamental incompleto ou equivalente e ensino fundamental completo equivalente. (2) Ensino médio incompleto ou equivalente e ensino médio completo ou equivalente. (3) Ensino superior incompleto ou equivalente e ensino superior completo.

### 3 Considerações Finais

Conforme mostrado no artigo em tela, a previdência social é um pilar fundamental da seguridade social ou do sistema de proteção social de qualquer país e também do Brasil. Foi mostrado que o Sistema de Seguridade Social envolve uma

parcela muito relevante da população brasileira em termos de contribuintes e beneficiários para o sistema.

Também cabe destacar o esforço de tentar decompor a não contribuição para a previdência social em três diferentes componentes:

aqueles que estão fora da força de trabalho, os desocupados e aqueles que, embora ocupados, estejam na informalidade ou não realizem contribuição para a previdência social. Tendo em vista as características da estrutura demográfica e do mercado de trabalho brasileiros (marcado por elevada infor-

malidade), os contribuintes para a previdência acabaram representando, na prática, um pouco mais de ¼ da população total (28,4%). Mas mesmo nas faixas onde esse percentual é mais elevado, normalmente fica apenas ligeiramente acima do patamar de 50% da população. Obviamente, essa nunca alcançará 100% porque tal índice exigiria taxas de participação plena e informalidade nula. De qualquer forma, do ponto de vista da política pública previdenciária, parece fundamental que tais taxas, principalmente nas faixas mais ativas no mercado de trabalho, sejam as mais elevadas possíveis. Do ponto de vista estrutural, como mostrado no artigo, a escolaridade/qualificação são pontos fundamentais para tentar ampliar essa participação, tendo em vista a maior probabilidade de contribuição à medida que cresce a referida escolaridade.

De qualquer forma, em que pese o impacto estrutural da escolaridade, a decomposição da não contribuição para a previdência é importante, pois os três grandes grupos (inatividade econômica, desocupação e informalidade) que, de forma simplificada, compõem a não contribuição exigem diferentes abordagens das políticas públicas. No caso brasileiro, como mostrado para 2019, de uma população de 119,2 milhões de pessoas na faixa etária de 20 a 59 anos, cerca de 54,6 milhões eram contribuintes e 64,6 milhões não contribuía para

a previdência. A decomposição da não contribuição mostrou que o fator mais importante era a informalidade (28,4 milhões ou 44% do total), seguido da inatividade econômica ou estar fora da força de trabalho (26,3 milhões ou 40,8% do total) e a desocupação (9,8 milhões ou 15,2% do total). Cada grupo exige uma abordagem diferenciada da política pública, mas é fundamental trabalhar nos três eixos para ampliar a proporção da população com contribuição para a previdência social.

## Referências

IBGE. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Rio de Janeiro. IBGE, 1ª. Visita 2019.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Rio de Janeiro. IBGE. Vol. 1, 2014 (Notas Metodológicas).

- 1 Recentemente a lei nº 14.176/2021 permitiu a ampliação dessa renda para ½ do salário mínimo *per capita*, desde que atendidos outros critérios de vulnerabilidade.
- 2 A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNADC/IBGE) define pessoas em idade de trabalhar aquelas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência.
- 3 O § 8º, do artigo 201 da Constituição Federal, estabelece que “o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados per-

manentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.”

*(\*) Mestre em Economia pelo IPE/USP e em Direção e Gestão de Sistemas de Seguridade Social pela Universidade de Alcalá/Espanha e pela Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS). Doutorando em Economia pela Universidade Autônoma de Madrid. O autor teve passagens pelo Ministério da Previdência Social (assessor especial do Ministro, Diretor do Departamento do RGPS e Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários), Ministério do Trabalho e Emprego (assessor especial do Ministro e Coordenador-Geral de Emprego e Renda), Ministério do Desenvolvimento Social, IPEA (Coordenador de Seguridade Social) e OIT. Foi membro do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). Ganhador do Prêmio Interamericano de Proteção Social (2º lugar) da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS) em 2015 e do Prêmio SOF de Monografia (2º lugar) do Ministério do Planejamento/ESAF em 2016. Foi Presidente do Cone Sul da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS) e Vice-Presidente da Comissão de Adultos Mayores da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS). (E-mail: rogerio.costanzi@uol.com.br).*

*(\*\*) Mestra em Economia do Setor Público pela UnB. Atua como Coordenadora de Estatística na Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério do Trabalho e Previdência. (E-mail: carol.cfs@gmail.com).*